

Duelo O caminho energético do país nos próximos anos, com a aposta no hidrogénio, é um debate tão complexo quanto polémico

Pedro
Amaral Jorge

Presidente da Apren — Associação
de Energias Renováveis



Clemente
Pedro Nunes

Professor catedrático
do Instituto Superior Técnico

PORTUGAL DEVE APOSTAR JÁ NO HIDROGÉNIO VERDE?

SIM Não há modelo socioeconómico de desenvolvimento alternativo à descarbonização das atividades económicas tendo em conta a meta da neutralidade carbónica de 2050. Até muito recentemente um desígnio sobretudo europeu, esta semana também o candidato presidencial norte-americano Joe Biden prometeu tornar os EUA neutros em carbono até 2050, mas com uma meta ainda mais ambiciosa: descarbonizar todo o sector elétrico até 2035.

Por cá, a Comissão Europeia apresentou, em julho deste ano, duas estratégias-chave do Pacto Ecológico Europeu: a Estratégia Europeia para a Integração de Sistemas Energéticos e a Estratégia Europeia para o Hidrogénio (EEH2), que vêm definir um futuro mais verde, ou seja, mais descarbonizado, através da promoção da eletrificação direta e indireta de toda a economia pela utilização de gases renováveis nos sectores de difícil eletrificação direta renovável.

A EEH2 reúne muitas e necessárias componentes para a ação política, abrangendo toda a cadeia de valor do hidrogénio e tendo em conta as vertentes industrial, de mercado e de infraestrutura, complementando com a investigação e inovação, sempre numa ótica de dimensão internacional. Esta abrangência e integração cuidada é absolutamente incontornável. É necessária para criar um ambiente favorável que permita obter economias de escala quer na oferta, quer na procura de hidrogénio, para suportar o caminho da descarbonização total da economia. É também vital para a proteção ambiental e mitigação dos efeitos nocivos das alterações

climáticas na economia, na biodiversidade, na saúde pública e na redução da pobreza.

A EEH2 também destaca o hidrogénio verde e a sua cadeia de valor como uma das áreas essenciais para desbloquear mais investimento para promover o crescimento e desenvolvimento sustentável. Ora, nunca foi tão crítico ter ferramentas para recuperação de recessões económicas, como é o caso do contexto de recuperação da crise covid-19. A EEH2 estabelece objetivos estratégicos para instalar pelo menos 6 GW de eletrolisadores de hidrogénio renovável até 2024 e pelo menos 40 GW de eletrolisadores de hidrogénio renovável até 2030, através da potenciação de aplicações industriais e de mobilidade como motores de crescimento de mercado. A Estratégia Nacional para o Hidrogénio ambiciona instalar 2 GW em Portugal, e estamos a falar de uma contribuição de 5% do total da capacidade a instalar até 2030 na Europa. Parece ser um objetivo perfeitamente enquadrável e ao alcance de Portugal, pela sua riqueza em recurso renovável e disponibilidade de água residual com baixo valor de mercado proveniente de ETAR.

Portugal deve posicionar-se já no comboio do hidrogénio verde com recurso a eletricidade renovável, não deixando de fomentar o debate e o consenso político nesta matéria que ultrapassa legislaturas e fronteiras.

Portugal deve posicionar-se já no comboio do hidrogénio verde com recurso a eletricidade renovável

NÃO O hidrogénio é utilizado em Portugal já há muitas dezenas de anos. Mais, faz todo o sentido estudar a futura viabilidade tecnológica do hidrogénio verde como veículo para o armazenamento de eletricidade face às outras alternativas possíveis.

Mas, desgraçadamente, não é isto que está em causa com esta atabalhoada e apressada Estratégia do Hidrogénio!

Estamos, sim, perante o retomar do circo mediático iniciado em 2005 pelo Governo Sócrates para promover as potências elétricas intermitentes, solares e eólicas, à custa dos consumidores.

Para atrair investidores para essas tecnologias, na altura imaturas, foram-lhes oferecidas FIT (Feed in Tariffs), que dão a quem delas beneficia generosas tarifas garantidas, em simultâneo com uma reserva absoluta de mercado durante 15 anos.

É assim que ainda hoje as famílias e as PME estão a pagar 380 euros/MWh pela eletricidade solar dos parques concedidos pelo Governo Sócrates em 2010, quando o preço atual de mercado está abaixo de 40 euros/MWh!

O que conduz a um sobrecusto de 600 milhões de euros por ano. E se juntarmos as FIT concedidas maciçamente às eólicas, os sobrecustos atingem os 2000 milhões de euros por ano. Uma bagatela para uma economia muito enfraquecida como a portuguesa.

E foram também as FIT concedidas às potências intermitentes que expulsam a atual central de Sines do mercado e forçaram a proprietária EDP a solicitar o respetivo

encerramento, deitando assim ao lixo a mais eficiente central a carvão da Península Ibérica.

E para a substituir aparece agora um projeto megalómano de fazer uma monumental unidade de eletrólise para consumir eletricidade e água do mar, que para o efeito terá de ser dessalinizada para produzir hidrogénio, que, por sua vez, se vai queimar para depois se voltar a produzir eletricidade...

Ou seja, desperdiçar milhares de milhões de euros de um país terrivelmente endividado num projeto completamente desnecessário e ineficiente do ponto de vista energético. E, de caminho, dar mais FIT aos novos promotores de mais 2000 MW de potências intermitentes, destruindo qualquer veleidade de se voltar a ter um mercado elétrico nos próximos 15 anos.

O país não pode derreter mais dinheiro em mais tecnologias imaturas, que apenas têm contribuído para enriquecer os respetivos promotores e arruinar a economia portuguesa desde 2005.

Por expor estas ideias no âmbito da discussão pública promovida pelo próprio Governo, fui já publicamente insultado pelo secretário de Estado João Galamba. Será uma nova ferramenta de pressão mediática que, todavia, não me intimida...

Do que Portugal precisa é de investimentos bem estruturados e tecnologicamente testados, que promovam a economia e o ambiente, como o manifesto de que tenho a honra de ser um dos signatários propõe aos portugueses. Para garantir competitividade e empregos.

**Estamos perante o
retomar do circo
mediático iniciado
em 2005 pelo
Governo Sócrates**